**Ministro da Cultura, Gilberto Gil, no encontro de Balanço Final do primeiro ano de sua gestão à frente do MinC**

SÃO PAULO, 18 DE DEZEMBRO DE 2003

Meus amigos, minhas amigas, companheiros e companheiras do Ministério da Cultura:

Na abertura mesma do seu discurso de posse, no dia primeiro de janeiro deste ano de que estamos nos despedindo, o presidente Lula disse o seguinte:

‘Mudança. Esta é a palavra-chave. Esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. Diante do fracasso de um modelo econômico que, em vez de gerar crescimento, produziu desemprego e fome; diante de ameaças à soberania nacional e do escândalo diário da corrupção; diante da falência dos sistemas de saúde, de educação e de segurança pública; diante do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante de tantas esperanças frustradas; diante, enfim, da perspectiva de um colapso econômico, social e moral – a sociedade brasileira escolheu mudar… Este foi o sentido de cada voto dado a mim e aos meus companheiros. E eu estou aqui para isso mesmo. Para mudar. Para imprimir, à mudança, um caráter de intensidade prática’.

Assim, quando aceitei o convite do presidente Lula para ser o ministro da Cultura de seu governo, o meu engajamento, nesse projeto de transformação nacional, ganhou uma outra natureza e assumiu um outro significado. Tratava-se, agora, de meter a mão na massa. De atuar não como espectador, mas como protagonista. Não na arquibancada, mas dentro do campo, suando a camisa do time da mudança.

No meu discurso de posse, em diálogo e em sintonia com a fala presidencial, anunciei isso. Teríamos um novo Ministério da Cultura e uma nova política cultural – aberta, transformadora, democrática – para o Brasil. Teríamos um MinC inserido no projeto de construção de uma nova hegemonia no país. No projeto geral de construção de uma nova nação. E o que tenho a dizer aqui, antes de mais nada, é que, ao longo deste ano de 2003, a equipe do MinC esteve empenhada de fato, em todos os espaços e em todos os instantes de sua ação e de sua reflexão, na tarefa de concretizar, no plano da gestão cultural, o movimento de mudança deflagrado pela eleição do presidente Lula. Começando pela incorporação de um novo conceito de cultura – como norte e fundamento do nosso desempenho – e pela busca de um novo posicionamento do Ministério no campo da cultura brasileira.

Em primeiro lugar, o novo conceito de cultura. Ele se impôs de imediato. Era preciso abarcar a vida cultural brasileira, simultaneamente, em sua unidade e em sua multiplicidade. Em suas variações regionais, em seus traços distintivos internos, em suas diferentes colorações sociais, em sua vasta gama de formas e de sentidos. Era preciso pensar a cultura em termos de inclusão e cidadania, tanto em sua dimensão simbólica quanto em sua dimensão econômica. Era preciso não dissociar nação e cultura, cultura e soberania nacional, cultura e afirmação do Brasil no mundo. E foi por tudo isso que decidimos deixar definitivamente para trás noções elitistas e restritivas do fenômeno cultural, adotando um conceito mais amplo, mais rico, de caráter antropológico, capaz de nos permitir encarar o Brasil, em seu conjunto, como um fato de cultura. E a própria adoção deste novo conceito implicou, como todos vocês sabem, o desencadeamento de uma discussão ou de uma luta ideológico-cultural na qual ainda estamos engajados, em conseqüência do fato de que este novo conceito exige, de muita gente, uma alteração profunda de atitudes práticas e mentais. E sabemos que isto não ocorre de uma hora para a outra, nem acontece sem resistências e incompreensões. Ainda vivemos dias de esclarecimento e convencimento.

Quanto ao novo posicionamento do MinC, ele teria de se dar no contexto preciso da retomada do papel do Estado na sociedade brasileira, depois de anos de omissões e demissões neoliberais. Em nosso caso específico, constatamos que o MinC havia simplesmente renunciado à sua missão, expulsando a cultura do âmbito dos deveres estatais – e caminhado para trás, no sentido de seu empobrecimento financeiro e técnico. Era, enfim, como um balão de bucha apagada, inteiramente entregue, em sua trajetória descendente, ao movimento dos ventos do mercado. Tínhamos, portanto, três tarefas pela frente. Reconduzir o Ministério à sua função nuclear de gerador e executor de políticas públicas para a cultura. Realizar uma reforma administrativa. E sair a campo em busca de recursos para implementar estas políticas. A mudança teria de ocorrer, portanto, também dentro de casa, pois só assim poderíamos criar condições para ter uma presença forte e eficaz em nosso horizonte de cultura. Formulamos assim alguns projetos que julgamos básicos e essenciais, nas vertentes da inclusão sócio-cultural e do patrimônio. Realizamos a reforma do Ministério, que ainda terá desdobramentos. E fomos à luta por mais recursos.

Nesse último caso, aliás, nosso apelo obteve resposta sensível e imediata do Congresso Nacional, com a formação, em outubro, de uma frente parlamentar suprapartidária, a Frente Parlamentar em Defesa da Cultura, signo efetivo de que a esfera política começa a olhar com outros olhos o universo cultural, do qual, em última análise, faz parte. Como primeiro resultado objetivo, a aprovação de emendas propostas por estes nossos aliados no Congresso deverá significar, para a ação ministerial pública, cerca de 900 milhões de reais. Além disso, é fato que nosso orçamento cresceu 70%. E que conseguimos elevar o teto da renúncia fiscal – de 160 para 401 milhões de reais.

Somando-se à aproximação com o Congresso, tivemos uma atuação interministerial. Nosso objetivo, aqui, foi dar realce à dimensão cultural presente em toda política pública – especialmente, num país como o Brasil. E este esforço começa a dar os seus primeiros frutos. Exemplo disso é o Acordo de Cooperação Técnica entre os ministérios da Cultura, do Meio Ambiente e das Cidades, firmado no último dia 2 de dezembro. Este acordo – que sublinha a essência cultural e os aspectos ambientais do crescimento das cidades – visa à gestão compartilhada do desenvolvimento territorial e urbano de áreas situadas em biomas brasileiros ou que abriguem sítios históricos e manifestações expressivas de nosso patrimônio imaterial. Mas a meta maior, neste plano de nossa atuação, é certamente inscrever a cultura no cerne mesmo da agenda estratégica do Governo.

Mas é evidente que não existimos apenas para ações entre pares ou intramuros. Existimos, sobretudo, para a sociedade. Para promover o desenvolvimento cultural da sociedade brasileira, com todas as implicações pedagógicas, sociais, políticas e econômicas implicadas em tal missão. E foi com isto em mente que elaboramos os projetos a que me referi. Alguns já em andamento, como o da Estação da Luz da Nossa Língua, que estamos desenvolvendo em parceria com a Fundação Roberto Marinho, e que será uma espécie de monumento vivo da língua portuguesa, localizado no centro de São Paulo. Outros, em vésperas de execução, como o das BACs, as Bases de Apoio à Cultura, com o seu desenho arquitetônico ao mesmo tempo rigoroso e primoroso.

Em lugares onde não há cinemas, acesso a shoppings ou a teatros luxuosos, onde há carências de formação técnica, de inclusão digital e mesmo de domínio da língua e da escrita, é que o Ministério da Cultura pretende implantar as BACs. Cada BAC irá funcionar como um centro de alfabetização e inclusão digitais, como espaço de veiculação de informações, como lugar para apresentação de manifestações e grupos culturais, como sede comunitária, como núcleo de criação e produção locais. 2004 assistirá a uma onda de BACs implantando-se no país.

Já entre as ações que estão se desdobrando, devemos dar destaque ao Programa Brasileiro de Cinema e Audiovisual. Com a vinculação da Ancine, a Agência Nacional de Cinema, ao Ministério da Cultura, demos início a uma nova política audiovisual em nosso país. O problema do cinema brasileiro passa a ser visto agora num horizonte mais amplo que o das medidas pontuais e o das leis de incentivo. A questão do acesso público ao cinema nacional ganha prioridade. E nos preparamos para enfrentar a questão crucial da distribuição, de modo que a produção brasileira venha a ter condições de competir em seu próprio mercado. Mas também fora dele, com a Ancine atuando em sintonia com a atenção que o Governo Lula vem dando à empresa nacional e à balança comercial brasileira. Por fim, pretendemos ampliar e aprofundar uma parceria já existente hoje, que é a do cinema e da televisão. Parceria estética, intelectual e econômica – como costumo dizer. E logo a Ancine irá se ampliar em Ancinav, Agência Nacional de Cinema e do Audiovisual, a fim de responder à atual complexidade do setor. Em síntese, o que se configurou, com esta movimentação, foi um novo ponto de partida. Ou, como bem disse o cineasta Cacá Diegues, ‘o marco zero para o crescimento do nosso cinema, da televisão e do audiovisual’.

A paisagem começa a clarear, também, no terreno fundamental do patrimônio. Não podemos nos esquecer de que o que chegou às nossas mãos, nesse caso, foi uma herança monstruosa, um legado de crimes contra a memória e a vida da nação. Um patrimônio histórico-cultural caindo aos pedaços, com prédios chagosos, arruinados, desaparecendo entre incêndios e tombamentos. E um Ministério inoperante. Diante disso, demos vida ao Programa Monumenta. Redirecionamos seus gastos, canalizando-os não para rotinas administrativas, mas para intervenções. Com isso, foi possível realizar obras em 16 cidades brasileiras e iniciar trabalhos em outras 13. Cidades como Lençóis, Cachoeira, Olinda, Ouro Preto, Corumbá, Diamantina, Rio de Janeiro, Salvador. Estamos dando os passos iniciais para a implantação do Sistema Nacional de Museus. E ainda no início desta semana anunciamos a construção, em parceria com a iniciativa privada, do Museu de Congonhas – Centro de Estudos do Barroco e da Pedra’, em Congonhas, Minas Gerais, sob a luz densa e dramática dos profetas do Aleijadinho – museu que, tendo como curador Emanoel Araújo, será projetado por Álvaro Siza, um dos mais importantes arquitetos contemporâneos.

Ainda nesse plano da memória viva, da reflexão sobre o nosso passado e sobre a formação da gente brasileira, não podemos deixar de mencionar o lançamento da revista ‘Nossa História’, publicada pela Fundação Biblioteca Nacional. Apoiada por alguns dos principais nomes da historiografia brasileira, ‘Nossa História’ fez sucesso já em seu primeiro número. Uma revista mensal, com tiragem de 50 mil exemplares, vendidas em bancas de revista espalhadas por todo o país. E o que é importante: com uma linguagem adequada às bancas. Linguagem clara, acessível, nada acadêmica, sem confundir o complexo com o complicado.

De outra parte, entramos na reta final da reforma da assim chamada Lei Rouanet, com todos os instrumentos jurídicos necessários à sua implantação, de decreto a portarias. Em nosso calendário, o projeto de reforma da legislação deverá ser enviado à Casa Civil no próximo mês de janeiro. Nossa previsão era para agosto passado. Não deu. Por um motivo simples: optamos pelo processo participativo. Abrimos um amplo debate democrático sobre a matéria, em escala nacional, com os seminários ‘Cultura para Todos’. Resultado: recebemos milhares de sugestões. E como todas elas foram examinadas com atenção e seriedade, não houve como não alterar a data. Mas democracia é assim mesmo. Não é ciência. É paciência.

Mas a nossa visão da economia da cultura não permitiria que nos limitássemos, nessa área, à proposta de reformulação de uma peça jurídica. Sabemos que um bem simbólico é, ao mesmo tempo, um produto cultural, político e econômico. A cultura deve ser vista, por esse prisma, como um setor dinâmico de nossa economia, como espaço de geração de emprego e renda. Além disso, o Brasil exporta bens culturais, de filmes a canções, o que significa captação de divisas para o país. Desse modo, por pensar a inclusão social na cultura e pela cultura, por pensar a cultura também em termos econômicos, o MinC construiu-se como interlocutor privilegiado e fomentador da discussão sobre as contribuições da cultura para o desenvolvimento do país.

A referência à exportação de bens culturais me leva, imediatamente, ao plano internacional. Como isto aqui é um balanço de nossos primeiros 12 meses de trabalho, volto então ao meu discurso de posse, onde afirmei: ‘Juntamente com o Ministério das Relações Exteriores, temos de pensar, modelar e inserir a imagem do Brasil no mundo. Temos de nos posicionar estrategicamente no campo magnético do Governo Lula, com a sua ênfase na afirmação soberana do Brasil no cenário internacional’. Nesse particular, estamos atuando internacionalmente, sobretudo, em defesa da diversidade cultural, seja com relação ao chamamento da Unesco, seja na viagem do presidente Lula à África, seja no lançamento do chamado ‘Apelo de Roma’, cujas discussões irão desembocar no Fórum Mundial de Cultura, que vai acontecer aqui na cidade de São Paulo, entre junho e julho de 2004.

Bem. O que acabei de traçar aqui, em linhas gerais, foi apenas um esboço sucinto e esquemático do que fizemos e/ou começamos a fazer em 2003. Uma leitura bastante genérica e a vôo de pássaro, sem a preocupação de compor um rol exaustivo ou de descer a detalhes, a minúcias de relatório, citando tópicos, nomes, números, cifras e siglas. Em resumo, acho que podemos dizer o seguinte. Temos nos movido no horizonte do possível. Temos pensamento, temos capacidade de articulação política e social, temos projetos, temos desencadeado ações. Mas que ninguém se engane. O que demos, até aqui, foram apenas uns poucos e primeiros passos. E o que queremos é muito mais. Para isso, sabemos que podemos contar com todas as nossas reservas de energia, de criatividade, de dedicação. E é exatamente isso o que estamos na obrigação de demonstrar em 2004. Porque não queremos um Ministério apenas ‘participativo’, mas também um Ministério ‘de resultados’. Ou seja: um Ministério de discurso e ação. De palavra e obra.

Muito obrigado.